

AS MUDANÇAS DO SETOR ENERGÉTICO DO NORDESTE BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Resumo executivo

Ficha Técnica

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DA CUT

Daniel Machado Gaio

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CUT

Antonio de Lisboa Amâncio Vale

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CUT

Quintino Marques Severo

EDITORIAL

Luz Adriana González Escalona

Thiago Eizo Coutinho Maeda

Vânia Ribeiro Gomes

PESQUISA

Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep)

TEXTO E REVISÃO TÉCNICA

Paola Bello

Mahatma Ramos dos Santos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rachel Gepp

REALIZAÇÃO

CUT Brasil

APOIO

Just Transition Centre

São Paulo, outubro de 2022.

Apresentação



Não existe uma receita pronta sobre como enfrentar a crise climática. Existe uma disputa sobre quais serão as respostas dadas para transformar o atual modelo econômico e de produção. Diversos segmentos da sociedade têm apontado de forma crítica como algumas respostas apresentadas são apenas a mesma receita que nos levou à atual realidade.

Historicamente, a CUT Brasil adotou a defesa do meio ambiente e do modelo de desenvolvimento sustentável a partir dos interesses da classe trabalhadora, incorporando a luta feminista, antirracista e necessidade de mudança estrutural de modelo econômico.

A transição justa é a principal bandeira do movimento sindical no enfrentamento às mudanças climáticas, ao reconhecer a necessidade de uma transição para uma economia de baixo carbono na qual a classe trabalhadora não seja prejudicada nesse processo.

Para isso, propõe-se um conjunto de políticas para garantir que a transição para um modelo de produção e consumo com baixas emissões de gases de efeito estufa ofereçam ao mesmo tempo condições de vida e trabalho dignas, respeito aos direitos humanos e igualdade de oportunidades a trabalhadoras, trabalhadores e comunidades implicadas, especialmente no Sul global.

A transição justa não é um conceito novo para os sindicatos. O que há de novo é que o termo atingiu um público maior e vários atores políticos e corporativos importantes nas tomadas de decisão em nível internacional, que tentam capturar ou usam o termo indevidamente, retirando os preceitos da justiça climática e da defesa da classe trabalhadora.

ACUT, por meio da Secretaria Nacional de Meio Ambiente (SNMA) e da Secretaria de Relações Internacionais (SRI), vem desenvolvendo estudos e diagnósticos com o objetivo de colocar o debate sobre a transição justa e todos os temas que são transversais a ela na construção de um modelo de desenvolvimento que tenha a classe trabalhadora no centro.

Nesta publicação, vamos apresentar um estudo sobre a Transição Energética no Nordeste Brasileiro e como a mesma dialoga ou não com uma Transição Energética Justa. O estudo é uma parceria da CUT com o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), com apoio do Centro de Transição Justa da CSI. Ele aponta um panorama dos investimentos nas áreas, a geração de empregos e sua qualidade, assim como recomendações a partir da perspectiva do movimento sindical.

1 Mudanças no modelo energético e a importância da transição justa

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA LEVOU O MUNDO AO AQUECIMENTO GLOBAL E À CRISE CLIMÁTICA.

A partir deste cenário, acordos e compromissos assinados pela maioria dos países, entre eles o Brasil, têm como objetivo enfrentar tais desafios e garantir a sustentabilidade social e ambiental do planeta. Migrar de um modelo altamente emissor de gás carbônico, baseado em combustíveis fósseis, para alternativas limpas e renováveis é urgente. A inclusão dos direitos trabalhistas nessa agenda global é uma reivindicação prioritária das organizações sindicais em todo o mundo, inclusive no Brasil. É necessária uma transição energética com transição justa.

O setor energético está entre os setores mais impactados por essa necessidade de mudança e que mais requerem atenção para uma transição justa. Nos últimos anos, um conjunto de transformações técnicas, econômicas e geopolíticas neste setor tem impactado as

dinâmicas de desenvolvimento social e ambiental de forma singular, local e globalmente. A nível global e local, o setor energético passa por um processo de digitalização e de transição de fontes de energia. Dentro do que se insere o Acordo de Paris, de 2015, do qual o Brasil é signatário. Por meio deste acordo, a maioria dos países do mundo se compromete a reduzir as emissões dos gases causadores do efeito estufa a partir de 2020, com o objetivo de neutralizar as emissões até 2050.

O relatório técnico **As mudanças do setor energético do Nordeste brasileiro e seus impactos no mundo do trabalho** busca analisar as transformações do setor energético na região Nordeste do Brasil e seus impactos socioeconômicos sobre os trabalhadores e as trabalhadoras no período entre 2015 e 2021, com recorte especial para o estado da Bahia.



2 Transições no setor energético no Nordeste do Brasil

Maior produtor de energia elétrica da América Latina, o Brasil responde por aproximadamente 50% de toda a energia oferecida na região. O sistema elétrico brasileiro é, essencialmente, hidrotérmico, contando com grande participação de usinas hidrelétricas. E apesar da redução de sua participação da matriz energética nacional, a energia elétrica proveniente de fontes hídricas permanece majoritária, representando 59% da capacidade instalada em 2021.

A transição energética é um processo já em andamento, complexo e que envolve múltiplos atores dos setores público e privado. A velocidade e a efetivação das mudanças produzidas pela transição energética são marcadas por incertezas e estão associadas às particularidades tecnológicas, sociais e ambientais de cada matriz energética nacional e regional. Com o objetivo de mitigar tais incertezas, os Estados Nacionais agem como instrumentos nucleares na produção de políticas

públicas e na coordenação dos múltiplos interesses e setores da sociedade civil para o desenvolvimento das condições necessárias para uma transição energética justa.

Nas duas últimas décadas, o Estado brasileiro buscou ampliar a participação das energias renováveis na matriz energética por meio de políticas públicas setoriais e uso de empresas estatais de energia como vetores dessas mudanças – em especial, a Eletrobras e a Petrobras. Porém, na contramão desse movimento, a estratégia de negócios da Petrobras foi profundamente alterada em 2016. A configuração da companhia passou de um caráter verticalizado e nacional para uma empresa restrita, quase exclusivamente, à exploração e produção de petróleo no polígono do pré-sal, na região Sudeste do país. No mesmo sentido, a Eletrobras foi privatizada em 2022. Sob essa nova lógica, os desinvestimentos realizados no Nordeste diminuíram o peso da Petrobras na economia local, tanto do ponto de vista da renda e emprego quanto do volume de investimentos e capacidade operacional na região.

Mesmo neste cenário, o potencial da região Nordeste tem atraído projetos e investimentos no segmento de energias eólica e solar/fotovoltaica. Trata-se, portanto, de uma região em condições de liderar o debate e o fomento de políticas públicas para uma transição energética justa. Além disso, a existência de um consórcio dos governos estaduais do Nordeste, preocupado com a construção de alternativas energéticas mais sustentáveis, contribui para formação de fóruns e iniciativas de mitigação dos impactos desse da transição energética sobre a força de trabalho.



Embora ainda haja dificuldade em se encontrar dados totalmente convergentes sobre a quantidade de empregos gerados no segmento de energia renovável nos últimos anos no Brasil. Diferentes estudos apontam para o aumento de postos de trabalho nos segmentos eólicos e solar, em especial na região Nordeste. O relatório anual de 2020 da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA) estimou que o setor brasileiro de renováveis (biodiesel, solar e eólica) gerou, apenas em 2019, cerca de 351 mil empregos diretos e indiretos. Desse total, os segmentos de biodiesel, de solar e de eólica contribuíram, respectivamente, com 264.000, 43.000 e 44.000 postos de trabalho. Já o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) indica que os novos investimentos realizados nesses setores na região Nordeste entre 2013 e 2020 geraram um total de 222 mil novas ocupações nesses segmentos, tanto no Brasil quanto no exterior.

Além do aumento de empregos, os estímulos governamentais ao desenvolvimento das energias renováveis geraram expressivo aumento da capacidade produtiva dessas fontes no Brasil. Entre 2010 e 2020, a capacidade instalada de geração elétrica centralizada da fonte eólica e solar/fotovoltaica cresceram, respectivamente, de 927 megawatt (MW) para 17.131 MW e de 1MW para 3.285MW. Nesse mesmo período, a capacidade de produção de biodiesel saltou de 3,4 milhões de m³ para 6,4 milhões de m³.

Atualmente, a região Nordeste responde por 10,7% da geração eólica brasileira e a expectativa é que chegue ao fim de 2025 atingindo 13,2%, de acordo com o Operador

Nacional do Sistema Elétrico (ONS)¹. Quando consideradas as fontes eólica e solar, a região Nordeste responde por 45% da geração nacional – índice alcançado em 2020, quando a região passou de importadora para exportadora de energia elétrica, de acordo com relatório publicado em fevereiro de 2022 pelo Ministério de Minas e Energia (MME)². Ainda de acordo com MME, na última década a transição energética tem se acelerado e a geração hidrelétrica de energia perdeu participação para outras fontes, em especial, para fontes eólicas, solar e bioenergia. Exemplo pode ser visto nas regiões Sudeste e Sul, que respondiam por quase 70% da geração hidráulica do Brasil nos anos 2000, mas que atualmente respondem por apenas 48% do total.

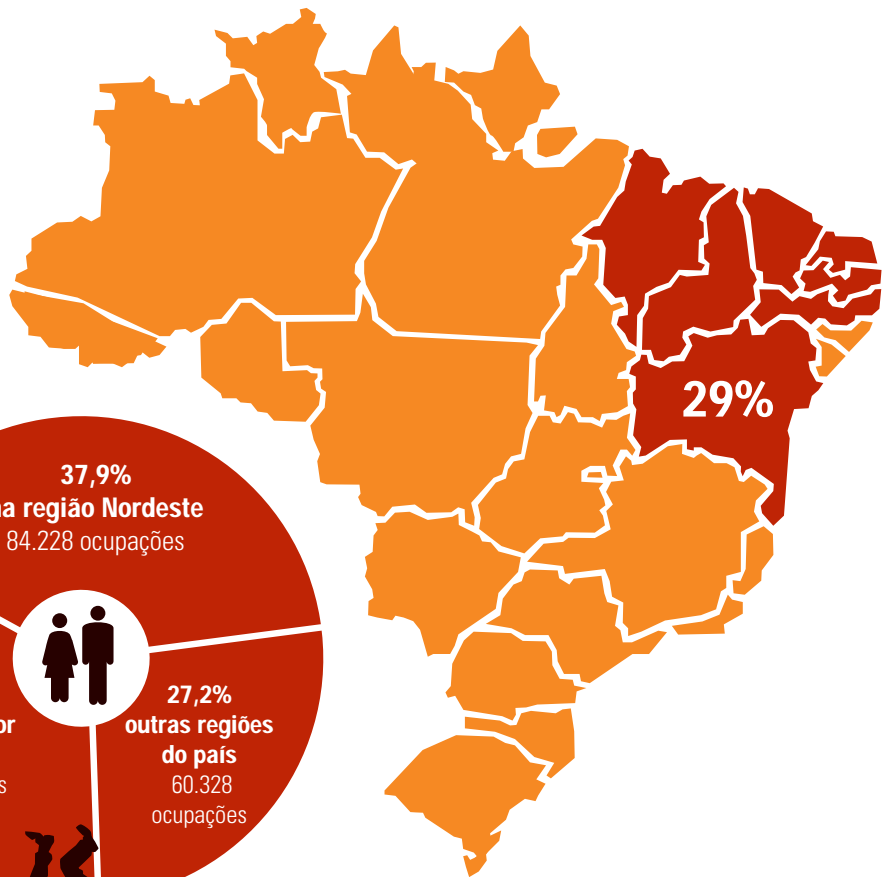
O estado da Bahia ganha destaque nesse cenário. Hoje a matriz energética baiana é majoritariamente renovável, cerca de 88%, e o estado é o maior gerador nacional de energia via fontes solar e eólica. Em 2021, as usinas hidrelétricas correspondiam a 41% da geração de eletricidade do estado, seguida pela geração eólica (com 38%) e a geração solar/fotovoltaica (9,3%).

Para os próximos anos, o Plano de Energia da Bahia prevê a atração de investimentos no setor eólico e o incentivo para novos projetos em energias renováveis, criando articulações entre o poder público e a iniciativa privada. Há uma projeção de crescimento futuro dos parques eólico e solar na Bahia. Estima-se, até o momento, a contratação de 176 novos empreendimentos eólicos e 130 solares, o que representaria cerca de R\$ 47 milhões em novos investimentos nesses segmentos.

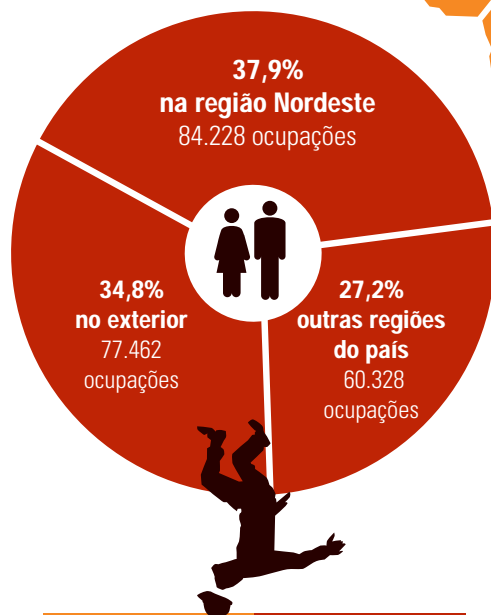
¹ Fonte: <http://www.ons.org.br/Paginas/Noticias/20210712-nordeste-registra-novo-recorde-eolica-atendendo-mais-de-100-porcento-da-demanda.aspx>

² Fonte: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/publicacoes/indicadores-de-60-anos-do-ministerio-de-minas-e-energia/oferta-e-demanda-regional-de-energia-eletrica>

O Nordeste foi responsável por 86% da potência instalada em energia eólica e solar*. Só na Bahia foram 29%.



ENTRE 2013 E 2020, OS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO SEGMENTO DE RENOVÁVEIS (SOLAR, EÓLICA E BIODIESEL) NA REGIÃO NE PROPORCIONARAM UMA GERAÇÃO TOTAL DE CERCA DE **222 MIL OCUPAÇÕES NO BRASIL E NO EXTERIOR.**



NO ENTANTO, ENTRE 2017 E 2020 HOUVE **QUEDA DE MAIS DE 51 MIL OCUPAÇÕES.**



*Leilão da ANEEL/Serviço Público e Autoprodutores
 Fonte: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep)

SALDO DE OCUPAÇÕES GERADAS OU PERDIDAS POR ANO (2013-2020)



ENTRE 2017 E 2020, O SALDO NEGATIVO DA GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES NO BRASIL DEVEU-SE, CENTRALMENTE, À REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM EÓLICA A PARTIR DE 2015, QUE AFETOU DE FORMA SIGNIFICATIVA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA REGIÃO NE.

Impactos dos investimentos em energias renováveis sobre emprego e renda na região Nordeste do Brasil

O investimento é uma variável chave para dinâmica econômica em qualquer setor de atividade. Isto porque, ele é capaz de, em um primeiro momento, impulsionar positivamente a demanda por serviços e produtos em determinada cadeia produtiva e, em um segundo momento, ampliar a capacidade produtiva nesse setor e, por consequência, estimular a geração de emprego e renda. Na última década, a região Nordeste foi a um dos principais destinos de novos investimentos em energia renovável no Brasil e principal responsável pelo aumento da capacidade instalada de geração elétrica através de fontes eólica e solar do país. Entre 2010 e 2020, a capacidade instalada agregada de energia eólica e solar no Nordeste cresceu 2.294%, saltando de 724 megawatt (MW) para 17.329 MW. No Brasil, a expansão foi de 2.098%, saindo de 929 MW, em 2010, para 20.418 MW, em 2020.

No período recente, entre 2013-2020, os investimentos em energias renováveis (eólica, solar e biodiesel) na região Nordeste tiveram uma trajetória particular e com impactos significativos na geração de emprego e renda em outras regiões do país e no exterior.

O estudo concluiu que, no período 2013-2020, os novos investimentos realizados em energia renováveis no Brasil resultaram na geração de aproximadamente 222 mil novas ocupações nos segmentos solar, eólico e de biodiesel no país e no exterior. Desse total, cerca de 84,2 mil novas ocupações foram geradas na região Nordeste, outras 60,3 mil foram em outras regiões do Brasil e, por fim, cerca de 77,4 mil novas ocupações foram geradas no exterior (outros países). Notou-se dois

momentos distintos nessa trajetória. O primeiro, entre 2013 e 2016, foi de forte criação de novas ocupações nos setores de energia renováveis, cerca de 273,6 mil novas ocupações. O segundo, entre 2017-2020, reverteu parcialmente os resultados positivos do período anterior, dado que os segmentos renováveis registram uma perda de aproximadamente 51,6 mil ocupações. Nem mesmo o forte crescimento dos investimentos e geração de empregos no segmento solar a partir de 2016 foi suficiente para reverter os efeitos negativos da queda nos investimentos no segmento eólico entre 2015 e 2020.

O saldo negativo na geração de ocupações nesses segmentos entre 2017-2020 deveu-se, sobretudo, à desaceleração dos investimentos em fontes de energia eólica. O setor eólico nordestino e nacional foi afetado, essencialmente, por quatro fatores:

- AO CANCELAMENTO DO SEGUNDO LEILÃO DE ENERGIA DE RESERVA, PREVISTO PARA DEZEMBRO DE 2016;
- A REDUÇÃO DOS INCENTIVOS DE FINANCIAMENTO DO BNDES AO SEGMENTO EÓLICO;
- A FALTA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PARA O SETOR DE RENOVÁVEIS;
- A REDUÇÃO DOS CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE FONTE DE ENERGIA SOLAR/FOTOVOLTAICA, O QUE TORNOU O ESSE SEGMENTO MAIS ATRATIVO A NOVOS INVESTIMENTOS QUE O SEGMENTO EÓLICO.

O aumento da participação de fontes de energia renovável no setor elétrico tem sido uma estratégia adotada por vários países para reduzir suas emissões e, conseqüentemente, conter o aquecimento

global. O estudo aponta que a transição energética, em curso, e a consolidação de um novo paradigma energético será um processo lento e marcado por disputas e incertezas tecnológicas e de financiamento. Nesse sentido, o Estado é um ator importante para mitigar tais incertezas e coordenar outros atores da sociedade civil no processo de formulação e planejamento de uma política energética capaz de enfrentar os desafios da transição energética e lhe conferir um caráter justo, isto é, capaz de ampliar a geração de energia limpa e empregos decentes no âmbito local e nacional. Uma política energética nacional e integrada é central para requalificação do setor energético brasileiro e nordestino e ampliação a participação de fontes renováveis em nossa matriz energética.



Investimentos em fontes de energia renováveis no Brasil

No Brasil, e em especial na região Nordeste, é possível ver diferentes movimentos nos últimos anos relacionados aos investimentos em energias renováveis (eólica, solar e biodiesel)

2013

No biênio 2013-2014 houve um expressivo aumento dos investimentos em energia eólica na região NE e no Brasil. Nesse período, foram gerados cerca de 326 mil ocupações no setor eólico no Brasil e no exterior. Dessas, cerca de 144 mil na região NE, 103 mil em outras regiões do país e cerca de 78 mil no exterior.

2015

A partir de 2015, a redução observada no volume de investimentos no segmento eólico provocou perdas de ocupações. Essa tendência de perda de investimentos e empregos seguiu até 2020. Por outro lado, o ano de 2015 marcou a retomada dos investimentos no segmento solar, que registrou variação positiva de R\$ 92 milhões nesse ano. Tendência essa que seguiu até 2020, com recorde de novos investimentos em 2017, cerca de R\$ 7,8 bilhões, e mais de 90 mil ocupações geradas.

2016

O setor de biodiesel, apesar de não registrar novos investimentos em 2016, no período analisado, entre 2016-2020, gerou mais de 1.500 novas ocupações, das quais 55,6% na região nordeste, e mobilizou um saldo total de R\$ 62 milhões em novos investimentos.

2017

O ano de 2017 registrou o maior saldo e novos investimentos no segmento solar/fotovoltaico, cerca de R\$ 7,8 bilhões. Neste ano, foram geradas mais de 90 mil novas ocupações nesse segmento, dos quais 35,5 mil na região Nordeste, 16,1 mil em outras regiões do país e 38,4 mil ocupações foram geradas em outros países (exterior).

2018

Em 2018, houve uma forte desaceleração dos investimentos no setor eólico. Entre 2018 e 2020, o saldo foi negativo em cerca de R\$ 13,9 bilhões. Isso significou uma perda de quase 170 mil ocupações no Brasil e no exterior. Só a região Nordeste registrou queda de mais de 82 mil ocupações apenas no segmento eólico nesse período.

2020

Em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, tanto setor eólico quanto de biodiesel registraram forte queda no volume de novos investimentos quanto na geração de novas ocupações. A notícia positiva foi no setor solar/fotovoltaico, no qual os investimentos registraram saldo positivo de R\$ 7,2 bilhões e gerou cerca de 88 mil novas ocupações apenas em 2020.

ENERGIA SOLAR

PERÍODO DE 2013 A 2020



Investimentos (Brasil): saldo de R\$ 13,510 bilhões

NORDESTE: R\$ 5,382 BILHÕES (40%)

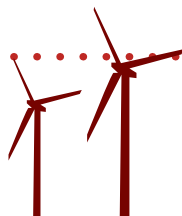
Investimento em construção: R\$ 1,237 bilhões

Investimento na fabricação de máquinas e equipamentos elétricos: R\$ 4,1 bilhões

PARTE SIGNIFICATIVA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO SETOR SOLAR NO NE “VAZARAM” PARA OUTRAS REGIÕES DO PAÍS E PARA O EXTERIOR NA FORMA DE IMPORTAÇÕES, GERANDO EMPREGO E RENDA EM OUTROS TERRITÓRIOS, EM ESPECIAL NO EXTERIOR (43%)

ENERGIA EÓLICA

PERÍODO DE 2013 A 2020



Investimentos (Brasil)*: saldo de R\$ R\$ 1,335 bilhão

NORDESTE: R\$ 1,925 BILHÃO

Investimento em construção: R\$ 385 milhões

Investimento na fabricação de máquinas e equipamentos elétricos: R\$ 1,540 bilhão

O SALDO POSITIVO DE INVESTIMENTOS E OCUPAÇÕES GERADAS REFLETE DOIS MOVIMENTOS DISTINTOS, POR UM LADO, O FORTE CRESCIMENTO DO SETOR EÓLICO NO BIÊNIO 2013-2014 E, POR OUTRO LADO, A RETRAÇÃO DO SETOR NO PERÍODO PÓS-2015.

* o saldo de investimentos no BR nesse segmento foi menor do que na região NE.

BIODIESEL

PERÍODO DE 2016 A 2020



Investimentos (Brasil): Informação não disponível

NORDESTE: R\$ 61,9 MILHÕES

Investimento em construção: R\$ 21 milhões

Investimento na fabricação de máquinas e equipamentos elétricos: R\$ 8 milhões

UM NOVO CICLO DE INVESTIMENTOS É NECESSÁRIO PARA RETOMADA DO SEGMENTO DO BIODIESEL NO BRASIL. A PETROBRAS BIO COMBUSTÍVEIS (PBIO) É UM INSTRUMENTO ESSENCIAL PARA DINAMIZAÇÃO DESSE SETOR.

As privatizações na Bahia e os impactos no setor energético nacional

A Bahia possui histórico na produção e exploração de combustíveis fósseis, porém, sua matriz elétrica atual é majoritariamente renovável (cerca de 88%). Em 2021, as usinas hidrelétricas correspondiam a 41% da geração do estado, seguida pela eólica, com 38% e solar/fotovoltaica, com 9,3%. Já a termelétrica respondia por quase 12%. Destaca-se a experiência do estado nos segmentos de biocombustíveis, em especial o biodiesel. Essa mudança na matriz energética e o processo de privatização de grandes companhias, tem afetado a geração e manutenção de empregos no estado e em toda a região Nordeste.

O Nordeste têm forte participação na geração de energia elétrica nacional quando considerados o gás natural e as hidrelétricas. Todavia, a participação da região na produção energética a partir do gás natural caiu na comparação entre 2019 e 2020, assim como o uso do petróleo. Isso se deve, em grande medida, ao processo de saída da Petrobrás da região e a consequente queda na produção de óleo e gás natural no Nordeste.

A Petrobras concentra aproximadamente 80% da produção de petróleo e gás natural da Bahia, com ampla estrutura de produção, escoamento, refino e distribuição. Com a produção de gás natural em declínio, o estado atualmente importa gás natural para suprir a demanda local. Com a mudança estratégica da Petrobras iniciada em 2016, a estatal caminha para a privatização de vários de seus ativos na região Nordeste. Essa estratégia, fez com que a estatal diminuísse sua atuação em outras áreas de energia e se direcionasse para a produção de petróleo cru.

A venda de ativos na Bahia diminuiu o peso da Petrobras na economia local, trazendo impactos negativos tanto do ponto de vista da renda como do emprego. Entre 2010 e 2020, o volume de postos de trabalho no setor de óleo e gás na Bahia registrou queda de 38%. Na região Nordeste e no Brasil, essas quedas foram de respectivamente 46,5% e 16,7%.

Levando à presença crescente de pequenas e médias operadoras. Apesar da possibilidade de criação de novos empregos, impõe novos desafios negociais para as representações sindicais, sobretudo para a manutenção da quantidade e qualidade dos postos de trabalho que pertenciam à Petrobras.

Na Bahia, o processo de privatização da Eletrobras ameaça o sistema hidrelétrico estadual, um dos pilares do sistema energético brasileiro. A Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf) contribuiu decisivamente para a implantação da infraestrutura básica de eletricidade do Nordeste e expandiu a área de atuação. A Chesf atualmente possui 20% da capacidade instalada da Eletrobras, com capacidade para gerar cerca de 10 GW de energia em 12 usinas hidrelétricas e tem 38% das linhas de transmissão do Sistema Eletrobras.

A privatização da Eletrobras, e por consequência da Chesf, pode impactar diretamente o trabalho nesse setor, com contratos precarizados, aumento dos riscos à segurança no trabalho, redução da remuneração, entre outros. Essa possível privatização também significaria a perda do controle estatal de um ativo energético e ferramenta de política pública essencial para garantia do abastecimento e soberania energética nacional – na contramão de um processo público e participativo de transição energética voltada para uma energia renovável de forma justa, com serviços e tarifas acessíveis.

Os impactos dos desinvestimentos na Pbio na região Nordeste

O Brasil é o segundo maior produtor de biocombustível do mundo, com previsão de crescimento de 20% até o final desta década. Isso se deve ao pioneirismo do Brasil na tecnologia de produção de etanol (hoje 30% da produção mundial) e de biodiesel (terceiro maior produtor mundial). Neste cenário, a Petrobras, por meio de sua subsidiária Petrobras Biocombustível (PBio), caracteriza-se como uma instituição fundamental para a consolidação do Brasil no mercado de biocombustíveis. O que se vê, entretanto, é o desinvestimento nesta linha de produção nacional de energia, afetando a imagem da empresa e a dinâmica econômica das cidades onde suas usinas são desmontadas.

Destinada à produção de biocombustíveis, a criação da PBio, em 2008, foi uma das primeiras ações da Petrobras no mercado de energias renováveis e é uma das principais fabricantes de biodiesel do país.

A Pbio possui um caráter inovador e que vai além do setor energético. Ela contribui de forma decisiva para atração de investimentos e desenvolvimento socioeconômico local e regional nos estados onde atua. Alinhada ao processo de descarbonização e transição energética, a empresa representou incentivo à agricultura familiar, redução da pressão sobre as fronteiras agrícolas e monocultura de soja, viabilização da produção do biocombustível associada à produção de alimentos, além de nos últimos anos ter investido em projetos de pesquisa e desenvolvimento no segmento de biocombustíveis.

Apesar do caráter inovador, tem sofrido diretamente com o processo de desinvestimento da Petrobras nos últimos anos. Em 2016, a usina da PBio em Quixadá (CE) encerrou as atividades, impactando a economia do município – aumento do desemprego de trabalhadoras e trabalhadores da usina até a saída de empresas que prestavam serviços.

Em 2017, a Petrobras iniciou o processo de desinvestimento com o Plano Estratégico e de Negócios da Petrobras (PNG 2017–2021), que previu a otimização do portfólio de negócios e incluiu a saída das atividades de produção de biocombustíveis. Assim, a estatal começou seu movimento de saída dos setores de produção de biocombustíveis, distribuição de GLP, produção de fertilizante e das participações da companhia na petroquímica.

Em julho de 2020, a Petrobras divulgou o início do processo de venda da PBio, incluindo as três usinas de biodiesel – processo interrompido até o momento (2022) por ação judicial.

A possibilidade de venda da PBio, contraria os Relatórios de Sustentabilidade da Petrobras, que colocam como prioridade projetos e investimentos em tecnologias de baixo carbono. E gera prejuízos à própria Petrobras, na medida em que a companhia se desfaz de todo um quadro de trabalhadoras e trabalhadores especializados e detentores de conhecimento estratégico para desenvolvimento de novas tecnologias. Além disso, esse processo de desinvestimento da Pbio traz impactos severos sobre o desenvolvimento regional e nacional, interrompe a construção de instrumentos de desenvolvimento e transição para uma matriz energética nacional mais limpa e, por fim, estreita o perfil da Petrobras aquele de uma empresa especializada na exploração e produção de petróleo.

Recomendações para a ação sindical

Pelos dados apresentados, enxergamos que está em curso uma transição energética, não necessariamente justa. Frente às tendências do setor, que indicam a continuação de um processo de transformação, apresentamos recomendações de diversos âmbitos para que este processo caminhe para um modelo energético justo e sustentável. Frente a este cenário, a CUT aponta algumas recomendações para a ação:

PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- 01 Impulsionar a participação ativa dos sindicatos nos debates sobre as políticas públicas de transição energética no país, garantindo planejamento público, financiamento, promoção do trabalho decente e acesso universal e democrático à energia.
- 02 Demandar a construção de estratégias e implementação de políticas de transição energética justa, em nível local e nacional, a partir do Diálogo Social Tripartite.
- 03 Promover o Estado como ator central na política energética e na construção do modelo de transição do setor. Nesse sentido, o movimento sindical precisa estabelecer diálogo ativo na construção da política de conteúdo nacional e na garantia de direitos trabalhistas.
- 04 Reivindicar a retomada de investimentos do setor público, por exemplo via BNDES, com exigência de conteúdo local.
- 05 Retomar a discussão de política energética como segurança energética incorporando a questão da transição energética e, como elemento fundamental, o debate sobre os renováveis.
- 06 Reconstruir e fortalecer as políticas de seguridade e proteção social e a retomada de marcos legais protetivos dos direitos laborais.

PARA O MOVIMENTO SINDICAL:

- 07 Elaborar planos de ação para a transição energética justa no Brasil, investindo na formação e organização de trabalhadores e trabalhadoras e assim como na promoção do trabalho decente.
- 08 A participação ativa de sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil em debates é essencial para a construção de ações que visam garantir a democratização do acesso à energia, bem como o enfrentamento às privatizações nos setores estratégicos para a soberania nacional como energia, gás, petróleo, etc.
- 09 Os sindicatos devem ouvir atentamente e acolher as reivindicações das trabalhadoras e trabalhadores do setor de energias renováveis, assim como criar estratégias para aproximar essa categoria que se encontra em trabalho precarizado.
- 10 Promover convenções coletivas que dialoguem com demandas por uma transição energética justa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M943 As mudanças do setor energético do nordeste brasileiro e seus impactos no mundo do trabalho / CUT - Secretaria Nacional de Meio Ambiente e CUT - Secretaria de Relações Internacionais. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2022.
XX p. ; il.

ISBN 978-85-89210-75-1

1. Sindicalismo - Trabalhadores - Trabalhadoras. 2. Brasil - Nordeste. 3. Transição Energética. 4. Mudanças climáticas. 5. Meio Ambiente. 6. Mundo do Trabalho. 7. Crise ambiental. I. Título. II. Transição Justa. III. INEEP. IV. Resumo Executivo.

CDU 504.03(81)
CDD 354
CDD 333.79320981

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho – CRB 08/9152)

Informações adicionais complementares:

Títulos em outros idiomas:

Changes in the energy sector in northeastern Brazil and their impacts on workers (inglês).

ISBN 978-85-89210-XX-X

Los cambios en el sector energético del nordeste brasileño y sus impactos en el mundo del trabajo (español).

ISBN 978-85-89210-XX-X

Realização

CUT



Apoio



DECENT JOBS ON A LIVING PLANET

ISBN: 978-85-89210-75-1

QR



9 788589 210751